

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano II | Volume 3 | Nº 9 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.3986851>



SAÚDE MENTAL DE DOCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA: OS IMPACTOS DAS ATIVIDADES REMOTAS

Hortência Pessoa Pereira¹

Fábio Viana Santos²

Mariana Aguiar Manenti³

Resumo

O novo coronavírus, responsável pela difusão da pandemia da COVID-19, alterou substancialmente as relações sociais, no campo da Educação. Novas formas de organização pedagógica ganham tónus, ao tempo em que se radicaliza a precarização do trabalho docente. Diante desta realidade pretendemos tecer considerações acerca do impacto da pandemia na saúde mental de professores, tendo como objeto de reflexão as atividades remotas. Assim, fazemos uma revisita aos dados do Ministério da Educação, bem como às discussões que tratam sobre saúde e mal estar docente, a fim de traçar paralelos que nos permitam compreender os impactos da pandemia na saúde de professoras e professores.

Palavras chave: Atividade Remota; COVID-19; Docente; Educação; Saúde Mental.

Abstract

The new coronavirus, responsible for the COVID-19 pandemic, has substantially altered social relations in the field of Education. New forms of pedagogical organization have been developed, while the precariousness of teaching work is becoming more radical. In view of this reality, we intend to make considerations about the impact of the pandemic on the mental health of teachers, having remote activities as an object of reflection. Thus, we revisit the data of the Ministry of Education, as well as the discussions that deal with health and teacher malaise, in order to draw parallels that allow us to assess the impacts of the pandemic on the health of teachers.

Keywords: COVID-19; Education; Mental Health; Remote Activity; Teacher.

PALAVRAS INICIAIS

Ao final de 2019 fomos surpreendidos pelos noticiários com informações sobre um novo vírus com potencial pandêmico, surgindo na província de Wuhuan na China. Naquele momento começavam os primeiros sintomas do que viria se tornar uma grande pandemia mundial que alterou completamente a ordem social vigente, instituindo novas formas de socialização, impactando diretamente diversos âmbitos da vida social.

¹ Bacharela e licenciada em Psicologia e mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Email para contato: hortenciapessoa2@gmail.com

² Pedagogo e mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Chefe de Divisão de Projetos Especiais da Secretaria Municipal de Educação de Itapetinga/BA. Email para contato: fabioviana.pedagogo@gmail.com

³ Graduada em Psicologia e mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Email para contato: marianaamanenti@gmail.com



No Brasil a situação começa a ganhar contorno em 03 de fevereiro de 2020 com a publicação, pelo Governo Federal, da Portaria Nº 188 editada pelo Ministério da Saúde que “declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)”. Logo após, em 26 de fevereiro de 2020, tem-se o primeiro caso confirmado de paciente infectado no país⁴.

A partir desses dois marcos se instaura um clima de tensão em todo território nacional, com sucessivas notícias de casos confirmados se espalhando por diversos municípios. Essa conjuntura atinge então a educação brasileira. Escolas privadas e públicas começam a suspender atividades presenciais na tentativa de conter o contágio da doença.

Com a suspensão dos calendários letivos nova tarefa se anuncia para professoras e professores: como garantir o direito à educação em meio a pandemia? Se no início do isolamento existia a esperança de um rápido retorno, com o passar dos dias foi se percebendo que havia a necessidade de adoção de providências. As escolas privadas começam, então, a desenvolver atividades remotas como estratégia didático-pedagógica. Situação que começa a repercutir, ainda que em menor grau, também nas escolas públicas.

Com o aumento desse tipo de atividade, o Conselho Nacional de Educação emite o Parecer 05/2020 que trata da “reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19”. O referido parecer traz orientações às redes escolares sobre o trabalho remoto, inclusive sobre formas de avaliação não presencial. Isso tudo vai impactar diretamente na organização do trabalho docente, tornando-o ainda mais precarizado.

Essa conjuntura não se instala com a Pandemia, antes disso, é consequência do acirramento de forças conservadoras e neoliberais na política brasileira, que esmaece as fronteiras do público e privado, ao passo que fortalece à exploração da mão-de obra, que Zaidan e Galvão (2020) nomeiam como a superexploração da força de trabalho, visto que o trabalho passa a fazer parte de todos os momentos do cotidiano das professoras e professores, sem que os mesmos possam computar formalmente as horas extras ou até mesmo serem preparados para utilizarem as ferramentas para as aulas remotas. A pandemia então escancara essa nova conjuntura, a qual buscamos desvelar.

⁴ A emergência de um novo coronavírus, cientificamente identificado, inicialmente identificado como 2019 n-CoV (SENHORAS, 2020) e posteriormente como SARS-COV-2, causador da doença COVID-19, acrônimo em inglês de Coronavirus Disease 2019 (MARANHÃO; SENHORAS, 2020; LUIGI; SENHORAS, 2020), tornou-se muito rapidamente em uma pandemia com ampla abrangência multilateral e impactos multifacetados.



SAÚDE MENTAL E DOCÊNCIA: ALGUNS APONTAMENTOS

Nos últimos anos o campo do trabalho tem sofrido várias modificações, como a fragilização dos vínculos empregatícios, a flexibilização dos contratos de trabalho e o favorecimento aos empregadores nos acordos trabalhistas, entre outras. Essas mudanças causam repercussões, direta ou indiretamente, em toda a organização social e geram impactos significativos na saúde do trabalhador.

Para Tostes *et al.* (2018) os sistemas educativos são forçados a uma reforma em decorrência das diversas reformulações no mundo do trabalho provocadas pelas crises na esfera econômica. Segundo os autores, a educação a serviço da nova ordem econômica e social impõe um redirecionamento da escola para alinhar-se a esse contexto, formulando um processo educativo para a exigência de um novo trabalhador flexível, proativo, competitivo e apto a se aperfeiçoar rapidamente.

Conforme Moreira e Rodrigues (2018), alguns transtornos e doenças relacionadas ao contexto trabalhista possuem determinações diretas advindas dos novos formatos e constituições do mundo do trabalho, marcadas por modelos de gestão que solicitam mudanças e acarretam pressões constantes por padrões de eficiência na atuação dos profissionais da educação.

Neste seguimento, a literatura acerca da relação entre o meio do trabalho e os impactos na saúde mental ressaltam que a conjuntura de exploração e precariedade das condições de trabalho têm resultado em prejuízos preocupantes à saúde de professores e demais trabalhadores da educação. Assim, é possível notar um indicador ascendente no processo de adoecimento entre os docentes nas últimas décadas, denotando o sofrimento mental como uma das formas mais preponderantes deste adoecimento, ligado às novas condições de trabalho. Deste modo, quando nos referimos ao sofrimento mental dos professores, compreendido por meio de um conjunto de manifestações do corpo e da psique, como estresse, ansiedade, depressão e fadiga, estamos nos dirigindo ao que seria a introdução da expressão contemporânea ‘mal-estar docente’ (TOSTES *et al.*, 2018, p. 90).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) indica que desde 1983 a classe docente é a segunda categoria profissional, em nível mundial, a portar doenças de caráter ocupacional, incluindo desde reações alérgicas a giz, distúrbios vocais, gastrite e até esquizofrenia. O estresse que acomete os professores é considerado pela OIT não somente como um fenômeno isolado, mas um risco ocupacional significativo da profissão (TOSTES *et al.*, 2018). Cabe ressaltar que antes do desencadeamento de uma doença mental relacionada ao trabalho pode-se observar a presença de um sofrimento psíquico relacionado a um conjunto de mal-estares e dificuldades presentes no dia a dia profissional (DEJOUR, 1988).



De acordo com Silva, Bernardo e Souza (2016), as condições de precarização no âmbito do trabalho são caracterizadas por ritmos intensos e aumento da competitividade, falta de reconhecimento e valorização social, fragilização dos vínculos, rupturas de trajetórias profissionais, banalização da injustiça social, dentre outros fatores que podem levar o trabalhador ao adoecimento físico e mental. Essas condições de trabalho podem desencadear patologias relacionadas à saúde mental, como síndrome de Burnout, ansiedade, depressão, suicídio, abuso de álcool e outras drogas, psicossomatização, entre outras. Neste sentido, como apontam Moreira e Rodrigues (2018) partir da combinação desses indicadores, o contexto escolar tornou-se um ambiente provocador de tensão e estresse, como consequência, os professores sentem-se cada vez menos estimulados pelo trabalho, resultando em um círculo vicioso de sofrimento, adoecimento e afastamento.

Sob esta lógica e avançando para os dias atuais, nos deparamos com um cenário de intensas instabilidades e rupturas para a Educação. A pandemia causada pelo COVID-19 traz consigo para o sistema educacional, além de vários outros elementos corrosivos, a custosa demanda da constante “reinvenção docente”, transmutada esteticamente quanto uma necessária manutenção de uma educação remota que se faça ativa, presente e minimamente acessível, sem considerar entretanto, as lacunas das condições trabalhistas, estruturais e até mesmo formativas, destes profissionais da educação. Segundo Zaidan e Galvão:

Professoras e professores experimentaram uma mudança brusca em suas rotinas, que se caracteriza pela penetração insidiosa do trabalho em todos os espaços e momentos de seu cotidiano, não importando que seus empregadores (o governo ou os donos de escola) não lhes tenham garantido estrutura para o teletrabalho (ZAIDAN; GALVÃO, 2020, p. 264).

A constante reinvenção é melhor compreendida por Ball (2014, p. 66) quando o autor apresenta a performatividade como um mecanismo-chave da gestão neoliberal, em que as subjetividades são atravessadas pelas necessidades mercadológicas e direcionadas ao aperfeiçoamento e efetividade individuais, verificadas por meio de medidas de qualidade e de produtividade.

Os docentes, em condições de mudanças, são impulsionados ou obrigados a se adequarem às atribuições de um novo perfil profissional e, conseqüentemente, às exigências de novas performances para que as demandas sejam atendidas. O que, segundo Ball (2014), podem produzir incertezas quanto a forma de como o trabalho pode ser organizado e gerar dúvidas na capacidade do profissional. O autor ainda aponta os movimentos de autovalorização e inadequação, além do sentimento de culpa, situações essas, que podem gerar um sofrimento mental nos docentes, como os efeitos já explanados ao longo da narrativa do presente estudo.



Diante deste apontamento, é possível refletir a respeito da homogeneização das práticas nas tentativas de garantir a qualidade da educação, considerando as buscas pelas “soluções genéricas e escaláveis” do imaginário neoliberal, como argumentam Ball e Olmedo (2013, p. 38) para problemas diversos que funcionem independentemente do local e contexto.

Em relato de experiência, as pesquisadoras Silva e Moreira (2018) apresentam uma discussão sobre a recontextualização da performatividade na prática docente e os sentidos que estão em torno dos desempenhos e dos estímulos de concorrência como potencializadores da performance de professores (as), em que é possível identificar os modos com que as demandas são criadas a partir de diversos discursos que se aglutinam de acordo com a tentativa de criar ou manter a imagem homogênea do docente.

Esse relato traz o convite à reflexão dos modelos educacionais que se consolidam diante das emergências sociais e do imaginário neoliberal, e que denuncia os efeitos da maximização das performances na vida dos profissionais que, ao terem a performatividade incutida em suas almas, se tornam encarregados pela garantia da qualidade da educação e da eficácia das novas engrenagens (SILVA; MOREIRA, 2018, p. 101).

Dadas essas pontuações, ressalta-se a importância de articular as exigências profissionais no contexto da pandemia com a saúde mental desses sujeitos, para que as condições em que se constituem as velhas e novas demandas sejam verificadas e que as perspectivas, além das do adoecimento mental, tenham relevância, permitindo então que as diferentes dinâmicas de resistência desses docentes e as possibilidades de reconfiguração desse trabalho sejam discutidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a educação e os educadores atualmente atravessam dias de obscuridade, tanto no que diz respeito a completa ausência de protocolos, diretrizes, políticas, formações e destinação de recursos públicos capazes de suprir as novas demandas inerentes a este contexto pandêmico, quanto pela inexistente estrutura adequada à implementação desta nova metodologia de ensino. Tais complicadores ressoam diretamente na conjuntura de oferta e acesso deste ensino remoto à população brasileira, em especial, nas periferias e classes sociais mais pobres, de modo a escancarar e acentuar o cenário de desigualdades e disparidades já existentes na Educação oferecida em nosso país.

Além dos impactos psicológicos diretamente relacionadas à COVID-19, coexistem conjuntamente, os abalos biopsicossociais causados pelas medidas preventivas de contenção da pandemia, como por exemplo, os efeitos da quarentena e do isolamento social, que limitam não somente



nossas interações presenciais e relações sociais, como também, restringem a realização de atividades de lazer e entretenimento, sendo estes, também considerados como potenciais fatores de risco à saúde mental e bem-estar emocional.

Como apontam Schmidt *et al.* (2020), investigações e pesquisas acerca dos impactos na saúde mental em decorrência da pandemia do novo coronavírus ainda são incipientes, por se tratar de fenômeno extremamente recente, mas já sinalizam para implicações negativas consideráveis. Além disso, pesquisas anteriores sobre outros surtos infecciosos revelaram possíveis repercussões nocivas à saúde mental, em uma escala temporal que pode variar de curto, médio até longo prazo.

Vale frisar que o cuidado com a saúde mental dos educadores precisa ser levado a sério, como também, precisa ser considerado como um elemento crucial na elaboração de medidas tanto para as atuais condições de trabalho em formato *home office*, como para, os planos de ação e estratégias para o retorno das aulas presenciais nas escolas. Sabemos que comumente na vigência de pandemias, a saúde biológica das pessoas e o combate ao agente patogênico são os focos principais de atenção de gestores, políticos, cientistas e profissionais da saúde, de modo que as consequências sobre a saúde mental tendem a ser negligenciadas ou desconsideradas. Contudo, a execução de ações e diligências preventivas e promotoras de saúde para reduzir as implicações psicológicas da pandemia não podem ser deixadas de lado neste momento.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J. “Fazendo neoliberalismo: mercados, estados e amigos com dinheiro”. In: BALL, S. J. **Educação Global SA: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, S.; OLMEDO, A. “A ‘nova’ filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação”. In: PERONI, V. M. V. *et al.* (orgs.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013.

DEJOURS, C. **A Loucura no Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez-Oboré, 1988.

LUIGI, R.; SENHORAS, E. M. “O novo coronavírus e a importância das Organizações Internacionais”. **Nexo Jornal** [17/03/2020]. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br>>. Acesso em: 15/08/2020.

MARANHÃO, R. A.; SENHORAS, E. M. “Pacote econômico governamental e o papel do BNDES na guerra contra o novo coronavírus”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 4, 2020.

MOREIRA, D. Z.; RODRIGUES, M. B. “Saúde mental e trabalho docente”. **Estudos de Psicologia**, vol. 23, n. 3, 2018.



OIT - Organização Internacional do Trabalho. **A condição dos professores**: recomendação Internacional de 1966, um instrumento para a melhoria da condição dos professores. Genebra: OIT/UNESCO, 1984.

SCHMIDT, B. *et al.* “Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19)”. **Estudos de Psicologia**, vol. 37, maio, 2020.

SENHORAS, E. M. “Coronavírus e o papel das pandemias na história humana”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 1, 2020.

SILVA, M. P.; BERNARDO, M. H.; SOUZA, H. A. “Relação entre saúde mental e trabalho: a concepção de sindicalistas e possíveis formas de enfrentamento”. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, vol. 41, dezembro, 2016.

TOSTES, M. V. *et al.* “Sofrimento mental de professores do ensino público”. **Saúde em Debate**, vol. 42, n. 116, 2018.

ZAIDAN, J. M.; GALVÃO, A. C. “COVID19 e os abutres do setor educacional: a superexploração da força de trabalho escancarada”. *In*: AUGUSTO, C. B.; SANTOS, R. D. (orgs.). **Pandemias e pandemônio no Brasil**. São Paulo: Instituto Defesa da Classe Trabalhadora, 2020.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano II | Volume 3 | Nº 9 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávoro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima